

KANT E A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: UMA PROPOSTA CRÍTICA PARA A FORMAÇÃO HUMANA DOS ADOLESCENTES

Alexandre Medeiros de Araújo ¹

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar aos educadores a proposta kantiana para a formação moral e a autonomia dos adolescentes, a partir do exercício das faculdades da razão, de modo especial, da faculdade do juízo. Segundo essa proposta, a formação para a moralidade, que está relacionada à autonomia, consiste num procedimento que se assemelharia ao método socrático, de perguntas e respostas, na medida em que o educador desperta a reflexão do seu aluno, apresentando-o casos concretos do cotidiano, os quais desafiam sua reflexão despertando o seu ajuizamento moral. Esse procedimento, e as noções que ele traz consigo, como as de “contradição”, “universalidade”, “bem comum”, pode ser um caminho para levar os adolescentes ao desenvolvimento de sua moralidade, na medida em que, por meio de sua reflexão no ajuizamento daquelas ações, avalia as motivações, e se os princípios das ações, podem ou não ser universalizados. Nessa dinâmica, o educador conduz o seu aluno a pensar por si mesmo e a eleger, para si, máximas (princípios subjetivos) que possam estar de acordo com os fins mais elevados, os de sua razão, de modo a ser capaz de constituir o seu caráter moral. Esse artigo é fruto de uma pesquisa de caráter bibliográfico, cuja metodologia se caracteriza por uma análise dos conceitos, acompanhada de exegese, visando aproximar as obras da filosofia prática de Kant à sua *Crítica da Faculdade do Juízo* (1790). Elucidar conceitos como os de “reflexão”, “autonomia”, “moralidade”, “ajuizamento” e “caráter”, de modo a aproximá-los numa atividade que visa justificar os princípios pelos quais nossas ações se fundamentam e têm validade, é o que torna a proposta de Kant ainda atual, sobretudo para fornecer aos educadores alguns elementos para o seu trabalho educativo.

Palavras-chave: Kant. Autonomia. Educação. Humanidade. Reflexão. Moralidade.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo é apresentar aos educadores, de um modo geral, a proposta kantiana para a formação moral (*lato sensu* formação humana) e a autonomia dos adolescentes, a partir do exercício das faculdades da razão, de modo especial, da faculdade do juízo. Um segundo objetivo, o artigo busca chamar a atenção para a atualidade e relevância da filosofia Kantiana no estabelecimento do elo entre filosofia e educação, por meio dos conceitos de “crítica”, “reflexão”, “autonomia” e “humanidade”. Com efeito, antes de elucidarmos esses conceitos propriamente ditos, precisarmos justificar o tema e mostrar em se apoia a sua relevância para a educação na contemporaneidade.

¹ Doutor em Filosofia pela PUC-Rio; Professor Efetivo de Filosofia do IFRN/SPP; Email: alexandre.medeiros@ifrn.edu.br

Questão (filosófica): Haveria, na pós-modernidade, algum sentido em se buscar princípios a partir dos quais poderíamos atribuir fundamentos à educação, mesmo diante dos fracassos dos sistemas (metafísicos) da tradição? Ou, em termos kantianos, quais são as condições de possibilidade da educação na contemporaneidade? A hipótese levantada é a de que, se a educação, na contemporaneidade, se propõe a uma formação para a autonomia e para a humanidade (no sentido de formar para valores socialmente compartilhados), então, não se pode abrir mão da proposta kantiana de uma filosofia crítica, de modo especial, daquela que propõe o uso e desenvolvimento das faculdades cognitivas humanas, de modo especial, da faculdade do juízo. Do contrário, abrem-se as portas para dogmatismos de toda espécie de discursos (*influencers digitais, coachings, youtubers et al*), os quais podem ser vistos como novos “sofistas” da juventude. Em face a isso, a questão que o artigo problematiza de um ponto de vista filosófico é: “todo mundo é educador?” O que haveria na proposta kantiana para a educação que a tornaria relevante na atualidade? Nossa hipótese consiste em afirmar que o legado da reflexão crítica de Kant continua em vigor, apesar do fim dos sistemas da tradição, e é a partir dela que podemos reivindicar, com uma certa pretensão de necessidade, uma educação para a “autonomia”, “liberdade”, “humanidade” e “moralidade”.

2 A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO, EM KANT

Segundo Kant, “o homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação faz dele” (Kant, 2006, p. 75). Para esse filósofo, de um modo geral a educação e a formação para a moralidade, em especial, é uma “tarefa das mais difíceis” e que os homens só podem receber tal educação de outros homens. Talvez isso explique o fato de Kant ter oferecido alguns elementos de modo a poder contribuir com o melhor desempenho do trabalho do educador.

Em *Sobre a Pedagogia*, Kant apresenta a tarefa educativa como pressupondo algumas etapas a serem observadas pelos educadores nos primeiros passos na formação moral das crianças e dos jovens, a saber: “a disciplina”, “a cultura”, “a civilidade” e “a moralidade”. A disciplina, primeira etapa do processo educativo, desempenha um “papel negativo” nesse processo, não no sentido de ser algo prejudicial àquele que se submete a ela, mas no sentido de que, contendo os impulsos das inclinações imediatas, que muitas vezes são auto prejudiciais, ela é a primeira etapa que consiste na própria condição de a criança e o jovem poderem alcançar a sua liberdade e autonomia. Por meio da disciplina é “que <se> impede ao homem de desviar-

se de seu destino, de desviar-se da humanidade, através de suas inclinações animais. <Ela> é o tratamento do qual se tira o homem a sua selvageria”.

Ainda segundo Kant, “a disciplina transforma a animalidade em humanidade” (Kant, 2006, p.12). No entanto, os seres humanos, diferentemente dos animais, não teriam inicialmente a capacidade de sozinhos controlarem seus desejos imediatos, pois, nesse “estado bruto” que é o estado de natureza, eles não têm a razão plenamente desenvolvida ainda, sendo, portanto, dependente de outros seres humanos. Daí a importância do modo como os educadores precisarão saber lidar com esses estímulos e inclinações imediatas para, assim, poder desempenhar o seu papel com maior propriedade de modo a alcançar o fim da educação que, segundo Kant, é a formação para a autonomia e a moralidade. Os educadores precisariam chamar a atenção dos seus alunos ao modo como os desejos e inclinações imediatas desses podem lhes prejudicar. Ainda que as crianças não possam compreender o que lhes possam vir a prejudicar lhes por meio de uma representação acerca dos efeitos de suas ações, é possível, no entanto, que elas sintam, por meio de exemplos dados pelos educadores, que tais ações não são boas nem para elas e nem para os outros. A disciplina, portanto, desempenha o papel propedêutico para a etapa positiva propriamente dita da educação que é a cultura.

A segunda etapa do processo formativo é a cultura que Kant compara com “os germens da humanidade”. Ora, por “germens” entende-se alguma coisa que precisa ser desenvolvido e cultivado para que possam produzir frutos. Esses “germens” seriam, no ser humano, as suas próprias faculdades que, como capacidades presentes no organismo humano, precisam ser estimuladas e exercitadas para que elas possam se desenvolver. Segundo Kant, “há muitos germens na humanidade e toca a nós desenvolvermos em proporção adequada as disposições naturais e desenvolver a humanidade a partir dos seus germens e fazer com que o homem atinja a sua destinação” (Kant, 2006, p. 18).

Para Kant, os seres humanos são obrigados a buscar realizar o seu fim, pois esse fim não se realiza espontaneamente. Um fim é um conceito por meio do qual o ser humano se dispõe com todas as suas forças a realizá-lo. O ser humano precisa se representar o seu fim e agir em função desse fim. Essa seria a sua destinação. No entanto, para realizar esse fim, ele precisa fazer o uso das suas faculdades, suas capacidades, e para fazer uso dessas é preciso que ele seja estimulado a usá-las, do contrário, elas permanecem adormecidas e não poderão realizar o fim a que foram destinadas. Haveria, então, segundo a proposta kantiana, uma íntima relação entre a cultura e o exercício das faculdades. Por meio desse exercício é possível o aperfeiçoamento e a realização dos fins aos quais os seres humanos foram destinados, ou seja, à realização da sua humanidade.

A terceira etapa no processo da formação humana em direção à moralidade é a civilidade. Kant aproxima a civilidade no homem ao cuidado que esse deve ter em seus modos de vida, com o bom desempenho de seu papel social, por meio do devido tratamento aos outros, sabendo ser “prudente” em suas relações por meio de modos “gentis” e “cortesês”. Ser civilizado pressupõe saber lidar com os outros de modo a poder garantir uma convivência pacífica com os diferentes.

A quarta e última etapa é a própria formação para a moralidade. De certo modo, Kant reconhece que as etapas anteriores não são suficientes para conduzir à formação moral que é a “mais difícil de todas as etapas”, e o seguimento daquelas etapas, ainda que seja uma condição necessária, não é, por isso, suficiente para garantir a realização dessa. Kant reconhece essa deficiência no seu próprio tempo ao dizer que: “vivemos em uma época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a da verdadeira moralidade” (Kant, 2006, p. 28). Pode-se muito bem treinar as crianças e jovens a passar por aquelas etapas e, mesmo por isso, não despertar nessas o uso autônomo da sua razão e o seu próprio interesse pela moralidade. Daí Kant afirmar que “não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar” (Kant, 2006, p. 27). Ajudando-as a pensar por si próprias, elas serão capazes de avaliar os seus atos e os atos alheios de maneira autônoma e não imitativa. Mais do que isso, elas poderão constituir máximas para a formação do seu próprio caráter a partir da reflexão sobre o tipo de pessoas que desejam ser no mundo. Haveria, portanto, nesse procedimento, um interesse na moralidade em função dos fins que as crianças e adolescentes, por meio da reflexão sobre as ações e dos seus princípios, as despertam. Kant afirma, portanto, que, “a educação e a instrução não devem ser puramente mecânicas, mas devem fundar-se no raciocínio puro[...].” (Kant, 2006, p. 28).

3 O PAPEL DA REFLEXÃO NA EDUCAÇÃO PARA A MORALIDADE

A Filosofia da Educação, em Kant, é comumente interpretada por alguns autores, como reduzida a um método (Valle, s/d, p.11) composto por algumas etapas mais ou menos sucessivas: “disciplina”, “civilidade”, “cultura” e “moralidade”. Tal redução se deve, sobretudo, a uma interpretação que privilegia apenas uma etapa, a “disciplina”, em detrimento do todo de uma proposta que, segundo o próprio filósofo alemão, trata-se de uma “arte”. Ao darem demasiada ênfase à etapa da disciplina, alguns autores acabaram por resumir a proposta kantiana para a educação, que ele considerava como uma arte, à apenas um método” (Cambi, 1999, p. 364).

Segundo Kant, “a educação [...] é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens [...]. Entre as descobertas humanas há duas difíceis, e são: a arte de governar os homens e a arte de educá-los” (Kant, 2006, p. 20). Patrice Canivez (1991, p. 39), ao refletir sobre os efeitos negativos que a autoridade pode produzir sobre a liberdade do aluno (Rousseau), chama a atenção para o aspecto positivo da concepção kantiana de disciplina, que se justifica em face da natureza humana, sujeita a “impulsos desordenados”, a “desejos que são ao mesmo tempo múltiplos e contraditórios”, e, portanto, capaz de prejudicar-se a si mesma na ausência de leis e de uma ordem para conter esses impulsos e desejos. Canivez chama a atenção para um importante papel desempenhado pela disciplina dentro da proposta kantiana de educação que é a de preparar os jovens para a reflexão. Ainda segundo esse autor, a reflexão engendrada pela disciplina conduz ao hábito do trabalho. “Disciplina”, “reflexão” e “trabalho” são conceitos que estão intimamente interligadas na sua interpretação da proposta kantiana para a educação (Canivez, 1991, 41): “o trabalho impõe uma disciplina que favorece a reflexão e o acesso à autonomia”. Conclui Canivez (1991, p. 41) que “a ideia de Kant é que a escola é o lugar de adestramento cujo objetivo é destacar, na espontaneidade dos desejos, o tempo da reflexão”.

Ainda que a disciplina possa ter sido tomada com um sentido negativo, Canivez desenvolve sua argumentação no sentido mostrar o papel que ela desempenha como preparação para que o aluno possa alcançar “o tempo da reflexão”. Na verdade, não é outro sentido além desse que o próprio Kant atribui à etapa da disciplina em seu método.

Segundo Kant, à medida que os jovens são estimulados à reflexão, avaliando as suas ações e as dos demais de acordo com um fim da razão, eles seriam capazes de adotar para si princípios mais universais de modo a constituir as máximas do seu caráter moral. Em função disso, Kant oferece alguns procedimentos e elementos que contribuiriam ao trabalho desempenhado pelos educadores em vista da formação moral da juventude.

No que se segue apresentaremos as condições que subjazem a proposta kantiana ao modo como os professores de filosofia e os educadores da juventude de modo geral podem trabalhar a formação para a autonomia e para a moralidade. Para isso, tomaremos como base da nossa argumentação os seguintes textos de Kant: a “Metodologia da razão prática” da *Crítica da razão prática* e a *Crítica da faculdade do juízo*.

É na “Metodologia da razão pura” da *Crítica da razão prática* que Kant propõe aos educadores da juventude um “método” pelo qual eles possam despertar nos jovens o interesse pela moralidade. Esse “método”, segundo Kant, não pode se basear numa “cartilha” e nem num “catecismo moral”, que não podem produzir nenhum autêntico interesse pela moralidade, mas

apenas legalidade das ações que, em função da ameaça de punição ou recompensa, estão longe de constituir um autêntico caráter moral de uma pessoa.

Na sua proposta para despertar o interesse dos jovens para a moralidade, Kant chama a atenção dos educadores para que esses observem aquilo que se passa na vida cotidiana e que é a possibilidade de julgar e refletir acerca de determinadas ações como sendo boas ou más. Segundo Kant, nós julgamos o valor das ações e, a partir daí o próprio caráter do autor dessas ações. Com respeito a isso, na *Crítica da razão prática* Kant nos fala o seguinte:

Se se presta atenção ao curso das conversações em sociedade..., observa-se que, além do narrar e do gracejar, ainda um outro entretenimento encontra aí lugar, a saber, o arrazoar: porque, se o primeiro deve comportar novidade e interesse, em pouco tempo se esgota, enquanto o segundo torna-se facilmente insosso. Mas entre todo o arrazoar não se encontra um que suscite mais a adesão das pessoas – que, do contrário, logo se aborrecem com toda argumentação sutil – e introduza uma certa vivacidade na sociedade, do que o arrazoar sobre o valor moral desta ou daquela ação que deve constituir o caráter de qualquer pessoa (Kant, 2016, p.193).

Segundo a proposta kantiana para a formação moral, o educador poderia despertar o exercício do ajuizamento no jovem, na medida em que ele, por meio da apresentação e discussão de casos concretos, faça com que esse jovem distinga, no seu próprio ajuizamento, uma ação realizada de acordo com um fim moral daquela realizada com um interesse egoísta. A partir daí, esse jovem percebe que as ações realizadas por um interesse pessoal não são ações dignas de serem alçadas a princípios morais. Com isso, é plausível pensar que esse jovem seja capaz de, ao julgar essas máximas, adote para si aquelas as quais considera que tenham um valor independente de qualquer interesse pessoal.

Kant está chamando a atenção para o lado subjetivo da lei por meio do exercício da reflexão. O jovem, na medida em que ele usa o seu juízo, sua reflexão, ele presta a atenção ao que pode tornar-se uma lei ou não. Ele presta a atenção naquilo que pode ser considerado bom ou não a partir da consideração daquelas ações universalizáveis, ou seja, que podem ser adotadas por todos. A partir desse ajuizamento, os jovens prestam a atenção àquelas máximas que são as únicas dignas de fundar um caráter verdadeiramente moral e, desse modo, tomam um interesse pela moralidade. Tal interesse, segundo Kant, é, além disso, conseqüente do prazer no ajuizamento de determinadas ações, identificando nessas a realização do fim adequado à razão humana, do mesmo modo que consiste na aversão àquelas ações que, de acordo com nossa reflexão, não podem se adequar aos fins da nossa humanidade.

A formação do caráter, segundo Kant, dependeria de que os jovens, a partir do uso da capacidade de julgar, da sua reflexão, adotassem para si máximas e princípios, não de acordo

com aquilo que dizem para eles seguirem ou não seguirem por medo ou por uma recompensa qualquer, mas porque eles considerariam que tais máximas possuem valor em si, sendo, portanto, livres para adotá-las e viver de acordo com elas, tendo um interesse pela moralidade sem hipocrisia ou fingimento.

A interpretação de Vera Bueno (2013, p. 188) vai além do que Kant apresenta na “Crítica da razão prática”, ao propor estabelecer uma relação entre a possibilidade da educação para a moralidade e o exercício da faculdade do juízo, por meio de uma análise que conecta os conceitos de “exercício das faculdades cognitivas”, “finalidade” e “sentimento de prazer”. Para que a educação para a moralidade possa ser despertada, é preciso que haja o estímulo e o exercício das faculdades cognitivas. O caminho proposto para a formação humana não começaria com a apresentação de princípios objetivos, mas sim com o exercício dessas faculdades. Esse é o pressuposto, segundo Bueno (2013, p. 194), que Kant apresenta “é preciso que desenvolvamos nossa capacidade de pensar e de refletir, pois o desenvolvimento dessas capacidades de forma adequada, por realizar aquilo a que estão destinadas, gera um sentimento de prazer”.

Segundo Bueno (2013, p. 197), três etapas devem ser percorridas para que a educação para a moralidade seja bem fundamentada: 1. O desenvolvimento do pensamento e da reflexão em geral; 2. O desenvolvimento do pensamento e da reflexão voltados para o ajuizamento moral das ações humanas; 3. O desenvolvimento do pensamento com o fim de que se tome interesse pelas ações moralmente boas.

Embora na *Crítica da faculdade do juízo* Kant esteja preocupado inicialmente em justificar os princípios do juízo de gosto e o teleológico, o modo como Kant elucida os elementos pertencentes à faculdade do juízo em geral fornece inúmeras pistas para que possamos estabelecer, de maneira heurística, uma analogia com sua proposta para a educação para a moralidade. O poder da reflexão, que é exercido pela faculdade do juízo, gera um sentimento de prazer que, segundo Kant, predispõe o ser humano para a moralidade.

É possível estabelecermos uma articulação entre aquilo que Kant apresenta na “Metodologia da razão prática” da *Segunda Crítica* e a sua *Terceira Crítica*, ao menos no que diz respeito ao poder da reflexão e sua relação com o sentimento de prazer com o princípio de finalidade. Na “Metodologia da razão prática”, Kant afirma que não se deve começar com os princípios objetivos (a lei moral) se se quer despertar o interesse do jovem para a moralidade, mas, pela reflexão e o prazer que essa engendra na formação de máximas. Na *Crítica da faculdade do juízo*, todos os princípios sob os quais se fundamentam os juízos de gosto e os teleológicos, são princípios regulativos, não determinantes. Um princípio é regulativo quando

a forma do objeto é dada e não há nenhum conceito *a priori* que o determine de antemão. Esse princípio regulativo, que funda os juízos reflexionantes, desperta um sentimento de prazer mediante um princípio mais elevado que Kant chamou de “finalidade da natureza”. Isso significa que, no ajuizamento estético, de modo especial, a forma do objeto é refletida no “livre jogo” das faculdades e, “como se” fossem finais para as faculdades cognitivas humanas, gera um sentimento de prazer.

De modo análogo, a partir da *Terceira Crítica*, podemos ampliar aquela proposta que Kant já havia apresentado aos educadores para a formação da juventude na “Metodologia da razão prática” da *Segunda Crítica*. Nessa obra, como vimos, Kant afirma que a educação dos jovens deve levar em conta o julgar exemplos, casos já ocorridos. Esse exercício do julgar, que é a reflexão sem conceitos *a priori*, geraria um sentimento de prazer que, por sua vez, seria visto como um indício de que o fim da razão fora alcançado.

O educador da juventude apresentaria exemplos de casos concretos para despertar a reflexão dos seus alunos. Esse procedimento se assemelharia ao estético na medida em que, o particular, o caso concreto é dado, e não se tem o conceito ou a lei ou a regra que o possa subsumir o particular ao universal *a priori*. De modo análogo, esse procedimento poderia ser aplicado à educação. O educador apresentaria os casos concretos das ações humanas de modo a estimular sua a reflexão, e com essa, a sua faculdade do juízo, conduzindo-o, por meio de perguntas e respostas à formação de máximas que constituirão sua formação humana e moral, em uma palavra, sua autonomia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se levarmos em conta que a contribuição de Kant para pensarmos a educação vai muito além de seu próprio tempo, na medida em que nos legou um instrumental crítico e reflexivo o qual não podemos abrir mão, se quisermos falar de modo consequente de uma educação para autonomia e para a moralidade. Nas palavras de Kant:

Não sei por que os educadores da juventude não fizeram já há tempo o uso dessa propensão da razão de proceder com prazer mesmo no exame mais sutil de questões práticas levantadas e por que depois de terem tomado por base um catecismo puramente moral, não esquadriharam as biografias de épocas antigas e modernas com o propósito de terem à mão exemplos para os deveres apresentados nos quais, principalmente pela comparação de ações semelhantes em circunstâncias diferentes, eles puseram em



atividade o ajuizamento de seus educandos para observar o menor ou maior conteúdo moral dos mesmos (Kant, 2016, 194).

REFERÊNCIAS

- BUENO, Vera C. A. Moralidade e juízo: algumas considerações sobre a proposta kantiana para a educação. *In O que nos faz pensar*. Revista do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. Edição especial sobre Kant, dezembro de 2013.
- CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo, SP: Unesp, 1999.
- CANIVEZ, P. **Educar o cidadão?** 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco Cock. Piracicaba: Editora Unimep, 2006.
- KANT, I. **Crítica da razão prática**. Trad. Monique Hulshof. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. Valério Rohden. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- VALLE, L. **Filosofia da Educação**. Apostila do Curso de Filosofia da Educação da UERJ. Rio de Janeiro, S/d.